

ESTUDO DA IRONIA: O CASO VERRISSIMO¹

Daniele de OLIVEIRA*

Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco - CEIVA

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é analisar como se dá a construção do discurso irônico nas crônicas políticas de Luis Fernando Verissimo. Para tanto, foi feito um levantamento teórico com autores contemporâneos que trabalharam a questão da ironia, a saber: Sperber e Wilson (1978), Berrendonner (1987), Ducrot (1987) e Kerbrat-Orecchioni (1980).

ABSTRACT

The objective of this work is analyze how it das a construction of the ironic speech at the Luis Fernando Verissimo's political chronicles. For that, it was did a theoretical research with contemporary authors who study the matter about irony. There are: Sperber e Wilson (1978), Berrendonner (1987), Ducrot (1987) e Kerbrat-Orecchioni (1980).

PALAVRAS-CHAVE

análise do discurso, lingüística, discurso, ironia, crônica.

KEYWORDS

speech analyzes, linguistic, speech, irony, chronicle.

1. Introdução

A noção de ironia é, em geral, muito vaga. Uma pesquisa rápida sobre esse tema mostra facilmente que o conceito varia quase tanto quanto são os estudiosos do assunto. São muitas definições, muitas distinções e muitas variedades encontradas na literatura especializada. Esta variedade conceitual vai de encontro à definição do dicionário, em que encontramos o seguinte:

ironia s.f. (s XV cf. FichIVPM) 1 RET figura por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender, uso de palavra ou frase de sentido diverso ou oposto ao que deveria ser empr., para definir ou denominar algo [A ironia ressalta do contexto.] (...) 2 m. q. *ASTEÍSMO* ('uso sutil e delicado da crítica irônica') (...) 4 p. ext. uso de palavra, expressão ou acepção de caráter sarcástico; zombaria. (Houaiss, 2001, p. 1651, grifos no original)

A definição que encontramos no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* refere-se diretamente à tradicional definição de ironia como “figura pela qual se quer fazer entender o contrário do que se diz” (Berrendonner, 1987, p. 43) e parece sugerir uma estabilidade, no mínimo, questionável. O dicionário limita o alcance da ironia, que é um fenômeno mais amplo, como defendem os estudiosos da questão. Sperber e Wilson (1978), por exemplo, recusam a noção figurativa de ironia e que ela seja representada por uma contradição, pois, para eles, a ironia origina-se nos ecos, ou seja, em procedimentos de citação. A idéia de contradição encontrada no dicionário e também na definição tradicional é, pois, insuficiente para descrevê-la.

A fórmula tradicional e o dicionário postulam que a ironia pode ser composta de uma *contradição explícita* (neste caso, deve-se perguntar se o enunciado contém ou não um fato de discurso referido), de uma *contraverdade* (aqui, deve-se perguntar sobre o conhecimento do falante sobre a realidade referencial e a avaliação que faz dela) ou ainda de uma *contradição implícita* (em que se deve comparar as intenções argumentativas rivais). Nesta definição², entretanto, percebe-se a total falta de homogeneidade dos fenômenos atribuídos à ironia – enunciativo, contextual, explícito, implícito – bem como a desconsideração da especificidade de cada um deles.

Deve-se ressaltar, ainda, que a contradição não deve ser entendida como uma característica particular da ironia, como parece sugerir sua definição tradicional. Há, conforme Berrendonner (1987), outras formas de contradição não-irônicas como a *metáfora*, que é uma forma de

contradição explícita, inscrita no significado de enunciado literal; o *enunciado performativo*, uma *contra-verdade* não-irônica; e a *litote*, que é uma *contradição implícita*.

Pode-se dizer que a contradição não é apenas uma especificidade da ironia, mas que, além disso, é o índice de um funcionamento figurado, como o tropo semântico que, com o emprego figurado de determinada palavra ou expressão, gera uma contradição.

No *Houaiss*, a ironia é relacionada também ao *asteísmo*, que pode ser entendido como “uso sutil e delicado da crítica irônica”, ou seja, por meio do asteísmo, seríamos capazes de fazer uma crítica ou censura utilizando-nos de uma louvação ou elogio. Relação não reconhecida por Kerbrat-Orecchioni, pois, segundo a autora, “a ironia é essencialmente desvalorizante” (*apud* Muecke, 1978, p. 479).

Há ainda uma referência à ironia como uma forma de *zombaria*. Segundo o mesmo *Houaiss*, zombaria é uma “ação ou dito depreciativo; atitude ou manifestação de desdém, menosprezo ou ridicularização de alguém ou algo; escárnio, achincalhação” (2001, p. 2909). De fato, a ironia revela, também, uma visão crítica sobre as pessoas ou acontecimentos, assim como a zombaria.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* relaciona a ironia principalmente (e sob o ponto de vista que interessa a este trabalho) à contradição, ao asteísmo e à zombaria. Diante do exposto, podemos ver que a contradição não é uma característica essencial da ironia, mas, sim, um de seus elementos. Assim como o asteísmo, que não deve ser considerado um sinônimo de ironia, pois, na verdade, é uma das formas de uso dela, na qual a linguagem é sutil e delicada. E, por fim, a zombaria, que é, de fato, uma forma de ironia.

Esta aparente estabilidade do termo proposta pelo *Dicionário Houaiss* limita a ironia, não permitindo perceber a amplitude desse fenômeno. Mesmo admitindo a contradição³ como um de seus elementos de base, este não é o único modo de caracterizá-la. Essa suposta estabilidade vai de encontro ao que nos diz D. C. Muecke. Para ele,

Le concept d'ironie est, pour différentes raisons, un concept instable, amorphe et vague. Il ne veut pas dire aujourd'hui ce qu'il voulait dire aux siècles précédents; il ne signifie pas la même chose en tel pays et en tel autre, dans la rue et en bibliothèque, pour un historien et pour un critique littéraire. (1978, p. 478)

[O conceito de ironia é, por diferentes razões, um conceito instável, amorfo e vago. Ele não quer dizer hoje o que queria dizer nos séculos anteriores; não significa a mesma coisa em tal país e num outro, na rua e na biblioteca, para um historiador e para um crítico literário.] (Tradução nossa).

De fato, a ironia pode variar conforme o lugar onde ocorre, o contexto no qual está inserida, de acordo com os participantes do ato comunicativo, com a época em que se dá etc.

Muecke (1995, p. 40), citando Schlegel, refere-se à ironia também como a forma do paradoxo, considerando-o como seu princípio. Assim, ela seria a análise da tese e da antítese (em oposição à síntese), o que nos remeteria ao conceito de ironia como uma contradição.

Dessa forma, é correto afirmar que a ironia é um fenômeno aberto a múltiplas interpretações e que nenhuma delas deve ser considerada correta, pois convivem como partes que são de sua estrutura, ou seja, a ironia elimina a estabilidade do sentido das palavras, permitindo a possibilidade de inúmeros sentidos i(ni)magináveis.

Além disso, a ironia só se realiza no processo comunicativo,

ela não é um instrumento retórico estático a ser utilizado, mas nasce nas relações entre significados e também entre pessoas e emissões e, às vezes, entre intenções e interpretações. (Hutcheon, 2000, p. 30)

Assim, ela deve ser *atribuída* a determinado texto ou enunciação e está apenas potencialmente associada a um fato. Dito de outra forma, para ser considerada ironia, ela deve ser produzida como tal por seu autor e interpretada pelo destinatário “escolhido” por ele. Desse modo, se um

locutor emite uma proposição irônica e ela é reconhecida como tal pelo alocutário, pode-se dizer que houve uma simetria entre eles. No caso, entretanto, de essa mesma proposição não ser percebida como irônica pelo alocutário ou de o alocutário atribuir um sentido irônico a uma proposição não-irônica, o que ocorrerá é uma assimetria entre o locutor e o alocutário.

Os protagonistas da cena irônica são o *ironista*, aquele que produziu a ironia, e o *interpretador*, aquele que a decifra. Vale ressaltar que o interpretador pode ser o destinatário visado pelo ironista ou não, ou seja, será quem for capaz de interpretá-la. Sendo assim, ao ironista não é dado o poder de escolher o interpretador de suas ironias.

Para Hutcheon (2000, p. 28) o interpretador é “aquele que decide se a elocução é irônica (ou não) e, então, qual sentido irônico *particular* ela pode ter” (grifo no original). Esta constatação leva a autora a questionar quem, de fato, deve ser considerado o “ironista”, uma vez que a ironia só se realiza quando interpretada, e esse processo de interpretação e atribuição de ironia acontece à revelia das intenções de seu autor, o dito ironista. Já Duarte (1994, p. 55), refere-se ao ironista como “aquele que percebe dualidades ou múltiplas possibilidades de sentido e as explora em enunciados irônicos”, ou seja, aquele que produz a ironia. O ironista (para manter a terminologia mais utilizada) e o interpretador são, de fato, os protagonistas da cena irônica. Mas não se pode deixar de lado o alvo da ironia, pois é a partir deste terceiro elemento que ela é produzida.

Há autores que lembram ainda de um quarto elemento, que também atuaria na cena irônica, “l’opinion publique, représentée par *ON*”⁴ (Borges, 1988, p. 48, grifo no original), que seria um desdobramento do locutor, o núcleo da ironia, localizado entre a opinião veiculada pelo texto/enunciado irônico e a de seu locutor.

A instabilidade do conceito de ironia, explicitada por Muecke (1995), é confirmada pelas diferentes análises encontradas na literatura recente sobre o assunto.

2. A ironia como menção

Dan Sperber e Deirdre Wilson (1978) concebem a ironia como *menção*, tendo em vista a contraposição entre *emprego* e *menção* feita na filosofia lógica. Para eles, “lorsque l'on emploie une expression on désigne ce que cette expression désigne; lorsque l'on mentionne une expression on désigne cette expression”⁵ (Sperber e Wilson, 1978, p. 404). Em outras palavras, quando uma expressão é empregada, faz-se uso do que esta expressão representa; já quando uma expressão é mencionada, faz-se uso dela mesma.

A interpretação da ironia como menção possui, a princípio, uma característica de eco mais ou menos próximo. São pensamentos ou propósitos, reais ou imaginários, atribuídos a indivíduos determinados ou indeterminados, sendo que o eco é manifesto ou, ao menos, lembrado.

A crônica “Cooptação” (*O Globo*, 05/12/04) é encerrada com um enunciado irônico que faz eco a uma crítica à “instabilidade” dos conceitos petistas, muito em voga quando da sua publicação:

- (1) *Está certo que revissem seus conceitos, aceitassem a cooptação e trocassem de camiseta, mas precisava soltar foguetes?*

Nesse momento o PT comandava o País, na pessoa do Presidente Lula, e dava mostras claras de enfraquecimento ao manter no governo o modelo de administração que o partido sempre criticou e que, antes de chegar ao poder, propunha mudar. O comentário final de Verissimo apenas reflete uma indignação geral da população, principalmente daqueles que apoiaram o PT na sua ascensão ao governo federal. O locutor produz ironia neste enunciado por meio da falta de ajuste entre as expressões “aceitassem a cooptação” e “soltar foguetes”. Aceitar a cooptação, ou seja, manter o modelo administrativo (outrora tão criticado pelo PT de Lula) não é, para o locutor, motivo para comemoração, ou seja, não é motivo para soltar foguetes. O locutor permite, assim, que o alocutário perceba o eco de seu pensamento, de sua opinião que, aparentemente, expõe sua insatisfação com a cooptação adotada pelo Governo Lula.

Dessa forma, Sperber e Wilson (1978) sustentam que as menções são interpretadas como o eco de um enunciado ou de um pensamento no qual o locutor assinala a falta de ajuste ou de pertinência. Esta concepção permite descrever de forma mais elaborada um leque maior de ironias do que a concepção tradicional.

Para os autores, as semelhanças e diferenças entre ironia e paródia devem-se ao fato de que a paródia é uma menção de proposição (estilo direto) e a ironia, uma menção de expressão (estilo indireto livre). Aqui também o tom irônico se inscreve, permitindo ao locutor marcar sua atitude diretamente no enunciado ou no pensamento do qual ele se faz eco.

Um outro aspecto que pode ser esclarecido por esta concepção é a mudança de registro de expressão, muito comum na ironia, e que ocorre, por exemplo, quando se passa do estilo coloquial a um estilo mais formal – ou vice-versa, como citado em (1). Nesse enunciado, o tom é coloquial, mas, ao utilizar a expressão “soltar foguetes”, típica da linguagem oral, o locutor promove uma mudança de registro de expressão, o que salienta ainda mais sua crítica irônica às contradições no comportamento do Governo Lula.

Tendo em vista que as normas são gerais e invocadas a todo momento, são também muito presentes no espírito para que sua menção seja um eco. O que não ocorre com os julgamentos críticos que são particulares e, portanto, sua menção apenas ocasionalmente faz eco a uma lembrança. Nas palavras de Sperber e Wilson (1978, p. 410),

En face d'une réalité imparfaite on peut toujours mentionner ironiquement la norme; en face d'une réalité parfaite, il faut pouvoir évoquer le souvenir d'une crainte ou d'un doute pour que la mention d'un jugement dépréciatif ait valeur d'ironie.

[Frente a uma realidade imperfeita, podemos sempre mencionar ironicamente a norma; frente a uma realidade perfeita, é necessário poder evocar a lembrança de um temor ou de uma suspeita de que a menção de um julgamento depreciativo tenha valor de ironia.] (Tradução nossa).

Para eles, frente à imperfeição da realidade, a norma é mencionada ironicamente; e, frente à perfeição da realidade, é preciso buscar a lembrança de um temor ou de uma dúvida para que a ironia surja da menção de um julgamento depreciativo.

Na concepção de ironia desenvolvida por Sperber e Wilson (1978), os mecanismos utilizados são os subentendidos e a separação entre emprego e menção. Esses dois mecanismos equivalem, na concepção clássica de ironia, aos sentidos figurados e à separação entre sentido literal e sentido figurado, respectivamente. O que vai diferenciar as duas concepções é o mecanismo do eco que determina o alvo e é característica da concepção da ironia como menção.

Entender a ironia como menção permite inferir qual ironia terá um alvo – neste caso, também qual será este alvo – e qual não terá. O eco distante e vago significa uma ironia sem alvo determinado, ao passo que o eco próximo e preciso significa que o alvo é a pessoa de quem é feito eco. Dessa forma, o locutor pode fazer eco a si mesmo – auto-ironia – ou pode fazer eco ao destinatário – sarcasmo.

Assim, o que na concepção clássica de ironia é uma função do conteúdo proposicional do enunciado, na concepção de Sperber e Wilson (1978) é uma função da clareza do eco.

3. A ironia como contradição argumentativa

Berrendonner (1987), ao elaborar sua concepção de ironia, faz antes uma crítica à concepção de Sperber e Wilson (1978). Para ele, ainda que a teoria das menções tenha mostrado uma relação até então desconhecida entre a ironia e o discurso referido, ela permanece insuficiente. Para Berrendonner, ainda falta uma *teoria das menções*, pois se, por um lado, existem analogias entre a ironia e o discurso referido, por outro, existem também dúvidas quanto à sua distinção em numerosos aspectos.

Com o objetivo de preencher essa lacuna deixada por Sperber e Wilson (1978), Berrendonner (1987, p. 163-176) elaborou uma teoria, “rudimentar”, de acordo com suas próprias palavras, dos ditos de menção.

Trata-se, na realidade, de uma distinção entre as diversas formas de menção.⁶

A hipótese de Berrendonner é que o efeito de antífrase, encontrado nas menções irônicas, estaria no fato de que uma enunciação crítica, E1, ficaria completamente implícita em uma enunciação Eø. A crítica estaria inserida em um predicado vazio, e este último, por sua vez, seria atribuído à menção e funcionaria com a obrigação de remeter-se à gesticulação locutória, E1, com o objetivo de encontrar o valor predicho em função de Eø.

Um exemplo que ilustra bem a hipótese de Berrendonner é

- (2) *O realmente relevante, e escandaloso para quem procura escândalos, no governo Lula é o fato de o primeiro ano do primeiro governo de origem popular no Brasil ter coincidido com o ano em que os banqueiros lucraram como nunca no país. Mas esta é outra rinha de galos, e não tem muita graça.* (“Relevâncias e irrelevâncias”, *O Globo*, 31/10/04)

no qual a crítica implícita é à incoerência de um governo de origem popular favorecer aos banqueiros, e não à maioria da população, como era de se esperar. Nessa enunciação, Eø refere-se à pressuposição lógica de que um governo de origem popular deva favorecer ao povo, maioria da população, e não aos banqueiros, minoria privilegiada economicamente. Dessa forma, o locutor enuncia e, ao mesmo tempo, deixa transparecer uma discordância entre os sentidos de Eø e E1, ou seja, por meio de uma manobra locutória, permite perceber a antífrase. Sendo assim, pode-se afirmar que, nesse exemplo, ocorre uma contradição argumentativa, ou ironia. E seu autor não se expõe a uma eventual incoerência.

Para Berrendonner sua hipótese explica o fato, tradicionalmente observado, de que os índices de ironia são, em sua essência, comportamentais. É por meio da gesticulação locutória que se torna possível enxergar a antífrase, que Eø significa, no mínimo, uma crítica.

Pode-se perceber aqui o caráter policódico⁷ da ironia, pois, se a palavra é um gesto, é natural que se coloque em prática sistemas semióticos

complementares, signos lingüísticos e sintomas⁸ gestuais. O “como” da ironia é baseado neste caráter necessariamente policódico da comunicação. Se duas mensagens co-ocorrem em determinado enunciado, é possível estabelecer entre elas uma discordância de valores (contradição). Assim, o enunciado pode negar a enunciação e vice-versa. A ironia não é, portanto, nada além do paradoxo do mentiroso em sua origem.⁹ Ela não está reduzida a um exercício de escolha. Ela funciona em seu meio natural, que é a pluricodicidade da comunicação.

Dizer uma ironia é, pois, admitir que a própria enunciação, quando realizada, é falsa, o que permite afirmar que, na ironia, ocorre o fenômeno da menção auto-evocadora.¹⁰ Para Berrendonner (1987), o mesmo ato de enunciação acumula todas as funções na ironia, a saber: afirmação de um discurso, tema desse discurso, comentário predicativo desse tema e enunciação desse comentário.

A uma mesma proposição, normalmente, não se permite argumentar ao mesmo tempo em um sentido e no seu contrário. Fato que ocorre na ironia. Por isso a percepção de uma contradição. Mas esta contradição não está na verdade referencial nem no valor argumentativo de determinada proposição, e, sim, no fato de que a ironia, ao apresentar um argumento, simultaneamente apresenta o seu contrário. Vale ressaltar que estes valores argumentativos são também compatíveis e acumuláveis, ou seja, direcionam-se para um mesmo sentido. Eles não são opostos.

Para Berrendonner (1987), a ironia é, primeiramente, uma contradição argumentativa. No entanto, a idéia de contrário deve ser entendida como valor argumentativo inverso, e não, simplesmente, antônimo.

Se entendemos a ironia como a superposição de dois valores argumentativos contraditórios, podemos perceber a dualidade irônica de alguns termos. Essa dualidade deve-se à possibilidade de um mesmo termo ter dois valores argumentativos ao mesmo tempo, o que lhe permite ser objeto de uma antífrase sobre cada um deles e, então, possuir duas significações irônicas distintas.

Entendendo a ironia como um paradoxo argumentativo, como o fez Berrendonner (1987), é possível perceber sua utilidade: poder argumentar

sem precisar sofrer as consequências, ou seja, sem arriscar um encerramento ou a possibilidade de uma incoerência.

4. A ironia como fenômeno polifônico

Na teoria polifônica da enunciação desenvolvida por Oswald Ducrot (1987), a ironia é – ao lado da negação – o primeiro exemplo a ilustrar a pertinência discursiva da percepção polifônica da enunciação.

Para Ducrot (1987, p. 182),

Há de fato casos em que, de uma maneira quase evidente, o autor real tem pouca relação com o locutor, ou seja, com o ser apresentado, no enunciado, como aquele a quem se deve atribuir a responsabilidade da ocorrência do enunciado.

Em outras palavras, em dada enunciação pode-se perceber a presença de mais de um enunciador. Obviamente, a enunciação, do ponto de vista empírico, pertence a um único sujeito falante. Mas é possível encontrar nela mais de uma voz, ou seja, expressão de ponto de vista, posição, atitude dos “enunciadores”. O enunciador “fala” por meio do sujeito empírico. Apenas suas idéias são expressas, não suas próprias palavras.

Baseando-se no artigo (“Les ironies comme mentions”, 1978) de Sperber e Wilson, e no capítulo 5 (“De la ironía”, 1987) de Berrendonner, Ducrot (1987) descreve a ironia com o objetivo de embasar sua teoria polifônica da enunciação.

A primeira observação que deve ser feita é que Ducrot substituiu a expressão “mencionar um discurso”, utilizada por Sperber e Wilson, pela expressão “fazer ouvir uma voz”. De acordo com esse autor, o termo *mencionar* é ambíguo, e esta ambigüidade permite a compreensão da ironia como uma forma de discurso relatado. Fato que impossibilita a tese de Sperber e Wilson, uma vez que relatar que alguém sustentou um discurso absurdo não é irônico.

Para que nasça a ironia, é necessário que toda marca de relato desapareça, é necessário “fazer como se” este discurso fosse realmente sustentado, e sustentado na própria enunciação. (Ducrot, 1987, p. 198)

Certamente a ironia não é possível em um discurso relatado, mas, sim, no discurso direto ou, ao menos, em sua simulação (“fazer como se”). Dessa forma, o locutor “faz ouvir” um discurso absurdo de um outro, um discurso distanciado.

Diante do exposto, Ducrot formula, então, sua versão da tese de Sperber e Wilson, baseando-se na distinção entre locutor e enunciadores. Para Ducrot, a ironia surge de uma proposição proferida por um locutor (primeira voz presente na enunciação), que não se responsabiliza por ela, ao contrário, considera-a absurda. Esta proposição, na verdade, expressa a posição de um enunciador (segunda voz presente na enunciação). O locutor é o responsável empírico pela proposição, mas a origem da idéia contida nela está no enunciador. Como no seguinte trecho:

- (3) *E o ilógico político brasileiro continua. Está presente no curioso governo Lula, que decepcionou todo mundo, a direita que esperava o pior e a esquerda que esperava o melhor, e por isso é um sucesso.* (“Um gaúcho paradoxal”, *O Globo*, 26/08/04)

Nesta proposição, é possível perceber a existência de duas vozes. A primeira, do locutor, autor da crônica, que faz uma afirmação sobre o governo Lula, caracterizando-o como “um sucesso”, mesmo tendo desapontado tanto a direita quanto a esquerda. A segunda voz seria a de grande parte da população que, àquela época, manifestava sua insatisfação com o governo e, por isso, talvez o qualificasse como “um fracasso”. O contexto político no qual o Brasil estava inserido e que ocasionou essa descrença generalizada da população no governo Lula permite afirmar que caracterizar tal governo como “um sucesso” é uma crítica que aqui se manifestou sob a forma de uma ironia. Creio que, neste caso, o locutor, de fato, fez uma afirmação com a qual não concorda, que não assume como sua, para, assim, fazer sua crítica ao governo em questão.

Com esta distinção, Ducrot explica o caráter paradoxal da ironia explicitado por Berrendonner. De acordo com Berrendonner, a posição absurda está diretamente expressa na enunciação irônica, mas não é atribuída ao locutor empírico, pois ele é responsável somente pelas palavras. Os pontos de vista demonstrados na enunciação são atribuídos a uma outra personagem, o enunciador.

É bom lembrar que o enunciador absurdo pode ser assimilado a alguém diferente do alocutário, como na auto-ironia (zombar de si mesmo), ou não, o enunciador absurdo não precisa ser assimilado a alguém determinado, como acontece no humor. De fato, o humor é uma forma de ironia na qual o enunciador absurdo não possui identidade especificável.

5. A ironia como tropo

Catherine Kerbrat-Orecchioni considera a ironia como um tropo. Ao admitir a pertinência de outras aproximações em seu artigo “L’ironie comme trope” (1980), destaca como “muito sensata” a concepção de Sperber e Wilson¹¹ (1978), ainda que tenha algumas reservas ao modelo desses autores.

Para a autora, os dois tratamentos da ironia, como tropo e como processo citacional, não são incompatíveis. Mas a ironia não deve ser caracterizada como eco, uma vez que nem todos os ecos são irônicos. A especificidade do eco irônico reside em uma inversão semântica, ou seja, quando L₀ cita L₁, distancia-se dos conteúdos citados, dando a entender que pensa de forma diferente ou até mesmo oposta.

Pode-se falar em tropo quando em uma proposição há a seguinte condição: existência de um significante único ao qual se atribuem dois níveis semânticos (e/ou pragmáticos), os quais são hierarquizados em termos de sentido literal = conotado (primeiro); e sentido derivado = denotado (segundo)¹² (Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 110).

Como exemplo de tropo irônico, pode-se retomar a clássica seqüência “Que belo dia!”, dita ironicamente em um dia de temporal. O sentido

literal, S1, com valor positivo, atualiza-se primeiro; se algum fato, nesse caso o temporal, torna S1 inaceitável, então busca-se um S2, construído a partir de S1 com o auxílio da circunstância (co-texto e contexto). Dessa forma, o “verdadeiro” sentido é S2, pois é ele que vai assegurar a coerência interna e a adequação externa.

Le trope opère ainsi un renversement de la hiérarchie usuelle des niveaux sémantiques: dès lors qu'elle [l'ironie] est identifiée, la valeur dérivée se trouve promue au rang de valeur dénotative, cependant que le sens littéral se trouve dégradé sous forme de trace connotée. (Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 111, grifo no original)

[O tropo opera, dessa forma, uma *inversão da hierarquia usual dos níveis semânticos*: assim que ela [a ironia] é identificada, o valor derivado é promovido ao lugar de valor denotativo, entretanto, o sentido literal é enfraquecido sob forma de traço conotado.] (Tradução nossa).

Em outras palavras: o tropo promove uma inversão semântica da hierarquia usual dos sentidos das proposições, o que permite ao sentido derivado ocupar o lugar de sentido denotado, já que, como tropo, é este o sentido que prevalece. Por outro lado, esse mesmo sentido denotado se apresenta com traços de um sentido conotado.

É por isso que, ao contrário das proposições literais, aquelas que possuem um tropo exigem uma interpretação mais complexa. Além disso, o tropo irônico é aquele cuja decodificação é mais aleatória, pois seus marcadores são apenas índices presunitivos e não marcadores infalíveis.

No entanto, é importante salientar que “l'ironie ne détient pas le monopole de ces atermoiements interprétatifs”¹³ (Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 117). Além da ironia, a metáfora, a metonímia, a litote e a transposição¹⁴ são também suscetíveis a desconsiderações.

Mas qual é então a especificidade do tropo irônico?

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (1980), trata-se da constituição dupla do tropo: uma característica semântica e outra pragmática.

É comum encontrarmos nos estudos sobre o tropo irônico que a ironia geralmente utiliza a antífrase para se fazer presente. Porém, muitas vezes,

deparamo-nos com proposições irônicas não constituídas por uma antífrase, como a hipérbole ou a litote, em cujas estruturas é possível encontrar apenas um deslocamento semântico. Ao enunciar *p*, o locutor deixa fazer entender *não-p*, entretanto, *não-p* não é sempre o contrário de *p*. Assim, a ironia, muitas vezes, é apenas uma forma de zombaria, sem nenhuma espécie de antífrase, o que se costuma denominar “ironia situacional”.

Retomando a definição do *Houaiss*, segundo a qual a ironia é composta pela antífrase e pelo escarnecimento ou zombaria, é preciso investigar se esses dois elementos, que são relativamente autônomos, são capazes de, sozinhos, manterem a ironia de determinada proposição.

Para Kerbrat-Orecchioni (1980), o escarnecimento sem antífrase só é considerado ironia por alguns retóricos, em oposição à intuição comum. E, em contrapartida,

bien dès cas de railleries ne comportant aucune antiphrase, aucun décalage sémantique d'aucune sorte, sont volontiers taxés d'ironie (Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 120)

[muitos casos de zombaria não permitem nenhuma antífrase, nenhum deslocamento semântico de nenhum tipo, são facilmente taxados de ironia.] (Tradução nossa).

o que, segundo a autora, permite inferir que o componente pragmático da ironia é dominante em relação ao componente semântico. De fato, é o valor pragmático de dada proposição que permitirá o reconhecimento da ironia e não apenas sua estrutura semântica. Ironizar é antes zombar do que falar por antífrase.

A ironia como tropo pressupõe a existência de dois significados, S1, ou sentido literal, e S2, ou sentido derivado, sendo que o sentido realmente assumido por L \emptyset é S2. Dessa forma, poder-se-ia dizer que L \emptyset é responsável também por S1, uma vez que, mesmo sem o assumir, é quem o profere. O que permite à ironia constituir um tropo, ou seja, a atribuição de dupla carga semântica a um único significante, por um mesmo enunciador.

Mas é evidente que S1 pode ter sido recuperado de um outro discurso produzido por um outro enunciador. Para Kerbrat-Orecchioni (1980) essa *gymnastique argumentative*¹⁵ é, por vezes, árdua e pouco convincente.

No trecho

- (4) *Você lê essas histórias de fortunas migrando entre os poucos bolsos de sempre, indo para paraísos fiscais e contas offshór e voltando disfarçadas, o milagre de dinheiro estéril gerando mais dinheiro estéril, a grande e interminável farra do capital no Brasil, e é como se lesse sobre os buracos negros, algo que não lhe diz respeito, que se passa longe do seu café com leite. E no entanto a moral desse bordel é a moral dominante no país, agora, incrivelmente, mais do que nunca. (...) Mas aparentemente as leis da física são mais flexíveis do que a ortodoxia do bordel.* (“Nosso café com leite”, *O Globo*, 05/08/04)

é possível perceber a dupla carga semântica do enunciado em dois momentos. No primeiro, S1 ou sentido literal é o que foi proferido pelo enunciador: que “a grande e interminável farra do capital no Brasil (...) se passa longe do seu café com leite”, ou seja, que a grande movimentação financeira que ocorre no meio político não se relaciona diretamente com nosso cotidiano. Mas além do sentido literal há também um S2 ou sentido derivado, que é o que realmente o enunciador visa fazer entender, ou seja, que essa “farra” está sim diretamente relacionada ao nosso cotidiano, que a origem desse dinheiro é exatamente o bolso de cada cidadão brasileiro que, com o pagamento de impostos, alimenta essa “farra interminável”.

O que percebemos nesse trecho é, portanto, um tropo irônico constituído por uma antífrase. Dito de outra forma, aqui o enunciador profere p, deixando fazer entender não-p.

Mas, em um segundo momento, o enunciador produz um outro tropo irônico sem utilizar antífrase alguma, quando afirma que “a moral desse bordel é a moral dominante no país, agora, incrivelmente, mais do que nunca”. Aqui o enunciador não pretende fazer entender o contrário do que disse, trata-se apenas de uma zombaria com o governo (que o

enunciador chama de “bordel”). A crítica é, provavelmente, ao fato de esse governo/bordel ter mantido a “farra do capital”, pois o governo em questão é proveniente de um partido de esquerda, o PT, que, antes de se tornar governo, criticava duramente essa “farra”. O adjetivo “incrivelmente” talvez seja a palavra que mais destaca essa crítica ao governo. Ela salienta a incoerência entre as propostas apresentadas pelo candidato à presidência e as atitudes realmente tomadas pelo presidente.

Está claro que o enunciador mantém certa distância do sentido literal, o que não é o mesmo que fazer uma citação. De acordo com a autora em questão, “le maniement de l’ironie suppose un *dédoublement* de l’énonciateur, corrélatif du *dédoublement* sémantique qui la constitue”¹⁶ (Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 123, grifo no original), o que não permite afirmar que Lø não assuma o enunciado literal na ironia.

Fazendo uma distinção entre ironia situacional e ironia não situacional, a autora propõe a oposição desses dois tipos de ironia de acordo com a natureza do alvo e o sentido da inversão semântica.

Na ironia situacional, o alvo é o enunciador citado, ou seja, o verdadeiro responsável pelo que está sendo dito. Já na ironia não situacional, o alvo é a situação do sujeito da seqüência irônica e o atuante, que pode ser o responsável por ela. É importante lembrar que esses alvos podem se misturar ou, ainda, associar-se a outros alvos.

O sentido da inversão semântica não oferece nenhuma dificuldade na ironia situacional, que pode explorar tanto avaliações negativas quanto positivas. O objetivo da ironia não situacional é desqualificar o objeto de que trata. Dito de outra forma, é fazer uma afirmação positiva sobre algo cujo conceito, na realidade, é negativo.

Kerbrat-Orecchioni conclui seu trabalho realçando o caráter ambíguo da ironia, pois

une fois identifié à coup sûr le sens derive, celui-ci vient (...), dans l’ironie, ôter toute pertinence au sens littéral. (1980, p. 127)

[Uma vez identificado com certeza o sentido derivado, este vem (...), na ironia, tirar toda a pertinência do sentido literal.] (Tradução nossa).

Em outras palavras, a ironia visa a uma interferência semântica e à incerteza interpretativa que postula.

6. Considerações finais

Diante do exposto, a ironia pode ser entendida como efeito de sentido provocado semântica e sintaticamente em determinado texto, com o objetivo de sugerir uma interpretação diversa daquela que constitui o seu sentido literal. Ou seja, a essência da ironia “consiste em dizer o contrário do que se pretende comunicar a outra pessoa” (Freud *apud* Brait, 1996, p. 44), de forma que seu interlocutor não necessite fazer uma réplica contraditória. O interlocutor perceberá tal manobra discursiva por meio de algumas indicações discursivas.

Pode-se dizer também que a ironia configura-se como uma voz que expressa um ponto de vista contraposto ao significado natural da proposição. Não é a voz do locutor, mas a contradição entre o que é assumido e o que não é assumido por ele. O locutor assume apenas o sentido literal dos signos, não o significado não-expreso, o que possui significação contrastante.

Por se tratar de um fenômeno muito complexo, a ironia pressupõe a existência de um destinatário hábil a desvendá-la e de um locutor que se permita fugir às normas de coerência impostas pela argumentação. Se o receptor da mensagem irônica não for capaz de decodificá-la como tal, ela perderá o sentido, ou seja, o receptor da mensagem irônica precisa estar preparado para escutar/ler o oposto sob pena de a ironia ser mal-entendida.

Ao analisar os textos de Verissimo, pudemos comprovar a veracidade do que foi dito anteriormente. Um leitor comum, sem o conhecimento de mundo, principalmente no que diz respeito à política, é incapaz de captar o traço irônico ali presente. Creio, portanto, que o conhecimento partilhado com o leitor é o principal fator, utilizado por Verissimo, que permite a identificação e a apreensão da ironia.

A partir das crônicas analisadas pode-se perceber que, além do conhecimento partilhado com o leitor, Veríssimo constrói ironias utilizando também determinadas escolhas lexicais, analogias, jogos de sentido entre o literal e o subentendido, a simples zombaria e contradições de sentido ou antifrases. Esses foram os mecanismos discursivos mais freqüentemente encontrados nos trechos analisados.¹⁷

É importante salientar ainda que a polifonia também é uma característica recorrente nas crônicas irônicas de Veríssimo. E, de fato, a ironia é um bom exemplo de enunciado polifônico, ou seja, de enunciado constituído por mais de uma voz.

No caso das ironias políticas de Veríssimo, pode-se dizer que o elemento situacional tem grande importância para a sua compreensão. De fato, a crônica política é um gênero textual que regista (além de refletir sobre) alguns fatos ocorridos em determinada época. Por isso, a crônica, que utiliza a ironia como estratégia de persuasão, será melhor compreendida à época de sua publicação. Em outras palavras, a proximidade entre o fato e a data de publicação da crônica favorece a percepção da ironia nesta última.

De modo geral, poderíamos ressaltar a complexidade do fenômeno discursivo ironia, seu caráter polifônico e a importância do contexto ou elemento situacional, no caso das crônicas de Luis Fernando Veríssimo, como elementos constituintes das crônicas analisadas. Reiterando uma afirmação já feita, gostaríamos de lembrar que a ironia não se encerra em nenhuma definição fechada e definitiva. Ao contrário, é um fenômeno aberto a muitas interpretações e se apresenta sob múltiplas formas. Este estudo pretendeu apenas explorar algumas delas.

Notas

- * Daniele de Oliveira é mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-MINAS, e professora do Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco (CEIVA). E-mail: danieleoliveira@yahoo.com.
- 1 O presente artigo é uma edição do primeiro capítulo de minha dissertação de Mestrado intitulada *A construção do discurso irônico em crônicas políticas de Luís Fernando Veríssimo*, defendida na PUC/MG em 10/03/06.
- 2 Trata-se da definição tradicional e da definição do dicionário, que estão sendo usadas como ponto de partida para a discussão de outros conceitos mais elaborados da categoria.
- 3 Importante ressaltar que, neste trabalho, a contradição é entendida como valor argumentativo diverso, e não simplesmente contrário.
- 4 “A opinião pública, representada por alguém”. (Tradução nossa).
- 5 “Quando empregamos uma expressão, designamos o que esta expressão designa; quando mencionamos uma expressão, designamos esta expressão.” (Tradução nossa).
- 6 Aqui remetemos o leitor à teoria dos ditos de menção que pode ser consultada em Berrendonner (1987).
- 7 Policódico ou vários códigos, como a comunicação que, além do código lingüístico, se utiliza também do gestual.
- 8 O sintoma é um caso particular de índice, que se baseia na relação da parte com o todo, sendo que o índice é um signo motivado cujo significado e significante co-ocorrem; há uma contigüidade existencial. Se desta contigüidade entre representante e representado resulta uma relação da parte com o todo, então, trata-se de um *sintoma*. Um sintoma significa, ao mesmo tempo, um objeto e seu atributo.
- 9 Discordando da afirmação de Berrendonner, que concebe a ironia como o “paradoxo do mentiroso”, acreditamos que a ironia é provocada, na verdade, pela tensão entre os possíveis sentidos encontrados em determinado enunciado.
- 10 Remetemos novamente o leitor ao texto de Berrendonner.
- 11 Modelo de análise já exposto neste artigo.

- 12 No nosso ponto de vista a ironia se caracteriza pela tensão entre os sentidos literal e derivado, e não por sua hierarquização, como propõe Kerbrat-Orecchioni.
- 13 “A ironia não detém o monopólio dessas demoras interpretativas.” (Tradução nossa).
- 14 Transposição da função gramatical própria de um elemento lingüístico, por exemplo, *gostava de estar lá por gostaria*.
- 15 “Ginástica argumentativa.” (Tradução nossa)
- 16 “A administração da ironia supõe um desdobramento do enunciador, correlativo ao desdobramento semântico que a ironia constitui.” (Tradução nossa).
- 17 Faz-se necessário lembrar que este artigo é uma edição do primeiro capítulo de minha dissertação de Mestrado, cujo *corpus* se constitui de trinta crônicas publicadas por Veríssimo, no ano de 2004.

Referências

- BERRENDONNER, A. *Elementos de pragmática linguística*. Buenos Aires: Gedisa Editorial, 1987.
- BORGES, I. L. M. *Essay d'analyse du fonctionnement de l'ironie comme élément de communication*. Tese (Doutorado em Lingüística), Toulouse, 1988.
- BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- DUARTE, L. P. Ironia, humor e fingimento literário. *Cadernos de Pesquisa do NAPq*, Belo Horizonte, FALE/UFMG, n. 15, p. 54-78, 1994.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUTCHEON, L. *Teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'ironie comme trope. *Poétique*, Paris, Seuil, n. 41, p. 108-127, 1980.

MUECKE, D. C. Analyses de l'ironie. *Poétique*, Paris, Seuil, n. 36, p. 478-494, 1978.

MUECKE, D. C. *Ironia e o irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SPERBER, D.; WILSON, D. Les ironies comme mentions. *Poétique*, Paris, Seuil, n. 36, p. 399-412, 1978.

Crônicas de Luis Fernando Verissimo

Nosso café com leite. *O Globo*, Rio de Janeiro, 05 ago. 2004. Primeiro Caderno.

Um gaúcho paradoxal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 ago. 2004. Primeiro Caderno.

Relevâncias e irrelevâncias. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 out. 2004. Primeiro Caderno.

Cooptação. *O Globo*, Rio de Janeiro, 05 dez. 2004. Primeiro Caderno.

Anexo

Crônicas de Luis Fernando Verissimo (*O Globo* – 2004)

COOPTAÇÃO 05/12/04

O termo “cooptar”, no sentido de se apoderar malandramente, dominar absorvendo ou modificar adaptando, é relativamente recente. Começou em linguagem de suplemento para descrever como qualquer movimento cultural novo acabava sendo domesticado e integrado à cultura mediana. Um fenômeno da era da publicidade e da obsolescência instantânea, em que a vanguarda de um dia vira o corriqueiro do outro e tudo feito para espantar os burgueses, os burgueses adoram. E adotam.

Na política brasileira, toda novidade é cooptada pelo “centrão”, aquela zona difusa e meio pantanosa onde mora a “Governabilidade”, como uma serpente mítica. E como — seguindo outra tradição do Brasil, segundo a qual as coisas nunca estão no seu devido lugar — o “centrão” não fica no centro, mas na direita, são raras as novidades políticas que sobrevivem intactas ao seu encontro com a serpente. O “centrão” brasileiro não representa o bom senso, o consenso possível ou o simplesmente razoável, representa interesses petrificados, representa o que não quer mudar. Ou só quer o diferente que pode cooptar até que desapareça.

O pacto do PT com a “Governabilidade” poderia ser mais discreto, e não envolver tantas concessões a outras tradições políticas brasileiras como o fisiologismo, mas era inevitável. O que parece claro é que a cooptação foi mais funda do que a compreensível, feita pelo “direitão” do Congresso. Só cooptado pelo capital financeiro, o interesse petrificado dominante no país, e pelo esquemão que nos mantém dependentes e bons pagantes, o PT pode manter o poder, ou a ilusão do poder. A própria celebração dos eventuais sucessos do modelo econômico com o qual assegurou sua

licença para governar é uma prova de como a cooptação do PT foi completa: estão vibrando com a derrota do que até ontem era a principal reivindicação do PT para chegar ao poder, a mudança do modelo, e a vitória da principal justificativa do time inimigo para manter a ortodoxia monetarista. Está certo que revissem seus conceitos, aceitassem a cooptação e trocassem de camiseta, mas precisava soltar foguetes?

RELEVÂNCIAS E IRRELEVÂNCIAS 31/10/04

O que é irrelevante para um pode não ser para outro, e vá você convencer alguém alérgico a mosquito que uma picadinha não tem a menor importância. Nada mais subjetivo do que a importância relativa das coisas. Mas sempre desconfio quando alguma coisa ganha uma relevância que nada razoável justifica. Por exemplo: numa escala de importância para a nação e o destino dos seus cidadãos, não consigo pensar em algo menos relevante do que o gosto do Duda Mendonça por rinha de galos.

Talvez seja uma falha de avaliação minha. Talvez o fato mereça, sim, todo o espaço e o verbo gastos com ele e eu é que não esteja entendendo o seu significado maior. Mas como eu nunca entendi o significado maior do Duda Mendonça na vida nacional, fica difícil entender o significado maior dos seus galos. Ou você acredita no mito que foi o marquetchim que elegeu o Lula (os mitos sobre o poder da propaganda são criados pela própria propaganda, o que só prova o seu poder de vender mitos), e que dessa maneira o Duda flagrado na rinha de certa forma conspurca o governo na sua origem, pois é um pecado imperdoável contra as relações públicas, ou você só pode desconfiar de tanto barulho por tanta irrelevância.

Nossa história política também autoriza suspeitas sombrias. Temos uma longa tradição de irrelevâncias transformadas em fato do dia e de moralismo cenográfico, para desestabilizar governos ou mascarar o realmente relevante. O significado que merece atenção no flagra do Duda é o da ação da Polícia Federal, que para ser coerente agora teria que interditar todos os terreiros de umbanda do país. Como o realmente relevante, e assustador, na questão das fotos que eram ou não eram do Herzog foi aquela primeira, inacreditável, nota do encarregado de comunicações do Exército, tentando reescrever a história.

O realmente relevante, e escandaloso para quem procura escândalos, no governo Lula é o fato de o primeiro ano do primeiro governo de origem popular no Brasil ter coincidido com o ano em que os banqueiros lucraram como nunca no país. Mas esta é outra rinha de galos, e não tem muita graça.

- - -

A derrota eleitoral do Bush pai, mesmo depois de correr com o Saddam do Kuwait com a aprovação de quase 90 por cento da população americana, teria sido a prova definitiva da velha máxima de que as pessoas votam com o bolso. A economia ia mal e todo o fervor patriótico não impedi que o Bush I perdesse a eleição. A situação agora só não é parecida porque a guerra do Bush atual contra o Iraque continua, mesmo disfarçada, enquanto a do Bush anterior já tinha se tornado irrelevante, eleitoralmente. Hoje a economia americana também vai mal e todos se lembram que foi o democrata Clinton, que derrotou o Bush I, quem a endireitou. Mas a continuação da guerra é que será decisiva, e tanto pode ajudar o Bush filho quanto Kerry. Depende do que for mais forte, o fervor patriótico ou o desencanto com a matança. De qualquer jeito, desta vez a velha máxima utilitária parece que será subvertida por uma escolha moral.

UM GAÚCHO PARADOXAL 26/08/04

O paradoxo Getúlio é um pouco o paradoxo gaúcho. O de um estado agropastoril produzindo líderes anticonservadores, uma oligarquia rural produzindo populismo urbano. A idéia de uma progressão do positivismo via castilhismo para o filofascismo do Estado Novo getulista se perde porque é uma dedução lógica que não leva em conta o paradoxo gaúcho, e o ilógico político brasileiro.

Tudo em Getúlio era contraditório, não apenas porque o seu estado natal é contraditório e o seu país é maluco. Era um caudilho sem estampa: no físico era mesmo um anticaudilho, mais na linha de um Franco do que de qualquer imagem idealizada da espécie. Que, pensando bem, nenhum caudilho brasileiro representava exatamente, fora da ficção. Oswaldo Aranha tinha mais o físico para o papel do que o baixinho. Também faz parte das peculiaridades nacionais essa pouca fisicalidade, se é que existe a palavra, dos nossos líderes. O esmirrado Prestes, por exemplo. Brizola foi uma exceção. Um exemplo de quem tinha o físico, mas nunca chegou a ter o papel, pelo menos o que queria.

Procura-se uma coerência histórica em Getúlio mas volta-se sempre à sua personalidade. Ele foi o líder que o país precisava para correr com o velho regime e se modernizar, mas, muito do que fez, não precisava. Não era historicamente inevitável. E muito do que seria coerente fazer mas ele não fez enobrece a sua memória. O próprio Estado Novo, com todos os seus horrores, foi só quase um estado fascista e o que faltou para o quase deve ser creditado à personalidade do velho. Não é porque o tempo inocenta todo mundo, ou porque Getúlio ainda é para a velha esquerda e os nacionalistas um ícone venerável, que nas atuais celebrações da sua morte o Getúlio modernizador está sendo mais lembrado do que o Getúlio ditador, apesar do “Olga”.

DANIELE DE OLIVEIRA

O paradoxo gaúcho continua. Estava presente na eleição do PT com o Olívio Dutra para governar o estado e na furiosa reação conservadora ao seu governo. E o ilógico político brasileiro continua. Está presente no curioso governo Lula, que decepcionou todo mundo, a direita que esperava o pior e a esquerda que esperava o melhor, e por isso é um sucesso.

NOSSO CAFÉ COM LEITE 05/08/04

Entreouvida na rua: “O que isso tem a ver com o meu café com leite?” Não sei se é uma frase feita comum que só eu não conhecia ou se estava sendo inventada na hora, mas gostei. Tudo, no fim, se resume no que tem e não tem a ver com o nosso café com leite, no que afeta ou não afeta diretamente nossas vidas e nossos hábitos. É uma questão que envolve mais do que a vizinhança próxima. No outro dia ficamos sabendo que o Stephen Hawking voltou atrás na sua teoria sobre os buracos negros, aqueles furos no Universo em que a matéria desaparece. Nem eu nem você entendíamos a teoria, e agora somos obrigados a rever nossa ignorância: os buracos negros não eram nada daquilo que a gente não sabia que eram, são outra coisa que a gente nunca vai entender. Nossa consolo é que nada disto tem a ver com nosso café com leite. Os buracos negros e o nosso café com leite são, mesmo, extremo opostos, a extrema angústia do desconhecido e o extremo conforto do familiar. Não cabem na mesma mesa ou no mesmo cérebro.

Mas assim como estes extremos não estão tão longe assim – basta o Sol inventar de implodir e iremos todos juntos para o buraco, nós, nosso café com leite, nosso pão com manteiga, nosso santinho da sorte e aquele pulôver favorito – coisas da vizinhança próxima que parecem não ter

nada a ver com nossas vidas, têm muito. Você lê essas histórias de fortunas migrando entre os poucos bolsos de sempre, indo para paraísos fiscais e contas ófishor e voltando disfarçadas, o milagre de dinheiro estéril gerando mais dinheiro estéril, a grande e interminável farra do capital no Brasil, e é como se lesse sobre os buracos negros, algo que não lhe diz respeito, que se passa longe do seu café com leite. E no entanto a moral desse bordel é a moral dominante no país, agora, incrivelmente, mais do que nunca. É a que determina nossa expectativa de vida. Seus apologistas dizem que não há nada de ilegal no turismo sexual que o capital financeiro faz no Brasil para reproduzir a si mesmo, como se o escândalo não fosse justamente sua ilegalidade. Também alegam que não há alternativa viável à nossa dependência no capital amoral. Era o que o Stephen Hawking dizia da sua teoria para os buracos negros, antes de mudar de idéia. Mas aparentemente as leis da física são mais flexíveis do que a ortodoxia do bordel.